

A CÂMARA DE CASCAIS ANDA A ENGANAR OS MORADORES DOS BAIROS SOCIAIS

A acompanhar as notificações de aumento das rendas nos bairros sociais, por determinação do presidente da Câmara e do PSD/CDS, está a ser difundida aos moradores uma enorme mentira, que no interesse de todos importa desmentir.

Para justificar os **brutais aumentos das rendas, que nalguns casos ultrapassam 350% sobre a actualmente em vigor**, pela Cascais Envolve (antiga EMGHA) está a ser dito que *“a Câmara não queria aumentar as rendas, mas a lei deste Governo, aprovada pelo PCP obriga a Câmara a fazê-lo”*. Tal afirmação é uma absoluta falsidade.

De facto, a anterior Lei que o governo de Passos Coelho e Paulo Portas puseram em vigor e que continha disposições que eram profundamente desumanas, que levaram a aumentos das rendas até 600% e à introdução de mecanismos que conduziam ao despejo das famílias, foi alterada por iniciativa do PCP, eliminando os aspectos mais gravosos e introduzindo novas condições que defendem as famílias e a efectividade do direito à habitação que a Constituição da República consagra.

Como resultado da proposta do PCP a nova Lei, entre outras disposições, passou a garantir:

- Que as **Câmaras podem ter os seus próprios Regulamentos** para atenderem às especificidades do Concelho no que se refere à Habitação Social e às Rendas Apoiadas, que em nenhum caso podem conduzir a normas menos favoráveis quanto ao cálculo do valor da renda nem às garantias de manutenção dos contratos de arrendamento.
- A **eliminação dos mecanismos que conduziam ao despejo** dos moradores e que criavam impedimentos para aceder à habitação social.

- **Mais deduções** para o cálculo da renda por dependentes do agregado familiar, para os deficientes, para os idosos e para as famílias mono-parentais.
- A consideração do **rendimento mensal líquido** para o cálculo da renda em vez do rendimento mensal bruto.
- **A redução da taxa de esforço máxima para 23%** em vez dos anteriores 25%.
- **Que as rendas que possam ser revistas em 2017 não tenham aumentos superiores a 1/3 do valor em vigor antes da revisão.**

Só por si estas alterações desmentem os propósitos enganadores da Câmara de Cascais e induzem ao abaixamento das rendas em vez dos monstruosos aumentos que o anterior governo do PSD e do CDS fizeram e que as Câmaras onde mandam ainda querem fazer, dizendo hipocritamente que os fazem “porque são obrigados a fazer”.

Nas comunicações de “actualização” das rendas entregues pela Cascais Envolve, os moradores são informados de aumentos que vão até **350%**, a partir do dia **1 de Dezembro de 2016**, quando pela nova Lei não podem ir além de 1/3 acima do valor actual, e só a partir de 1 de Janeiro de 2017 !

Na reunião do executivo da Câmara de Cascais, através do seu vereador eleito, o PCP afirmou que além de estarem a mentir sobre os efeitos das alterações à Lei em que o PCP se empenhou, o presidente da Câmara de Cascais, o PSD e o CDS estão também a ludibriar política e economicamente as famílias que neste Concelho estão mais fragilizadas.

Por tudo isto, e ao abrigo da nova Lei, dizemos:

**Resista à mentira
Não aceite os aumentos de rendas que lhe querem impor
Aconselhe-se junto de quem o possa ajudar a ler a nova Lei**

Comissão Concelhia de Cascais
do Partido Comunista Português



Partido Comunista Português
correio electrónico: pcp.cascais@gmail.com
tel: 214.866.991

A CÂMARA DE CASCAIS ANDA A ENGANAR OS MORADORES DOS BAIROS SOCIAIS

A acompanhar as notificações de aumento das rendas nos bairros sociais, por determinação do presidente da Câmara e do PSD/CDS, está a ser difundida aos moradores uma enorme mentira, que no interesse de todos importa desmentir.

Para justificar os **brutais aumentos das rendas, que nalguns casos ultrapassam 350% sobre a actualmente em vigor**, pela Cascais Envolvente (antiga EMGHA) está a ser dito que *“a Câmara não queria aumentar as rendas, mas a lei deste Governo, aprovada pelo PCP obriga a Câmara a fazê-lo”*. Tal afirmação é uma absoluta falsidade.

De facto, a anterior Lei que o governo de Passos Coelho e Paulo Portas puseram em vigor e que continha disposições que eram profundamente desumanas, que levaram a aumentos das rendas até 600% e à introdução de mecanismos que conduziam ao despejo das famílias, foi alterada por iniciativa do PCP, eliminando os aspectos mais gravosos e introduzindo novas condições que defendem as famílias e a efectividade do direito à habitação que a Constituição da República consagra.

Como resultado da proposta do PCP a nova Lei, entre outras disposições, passou a garantir:

- Que as **Câmaras podem ter os seus próprios Regulamentos** para atenderem às especificidades do Concelho no que se refere à Habitação Social e às Rendas Apoiadas, que em nenhum caso podem conduzir a normas menos favoráveis quanto ao cálculo do valor da renda nem às garantias de manutenção dos contratos de arrendamento.
- A **eliminação dos mecanismos que conduziam ao despejo** dos moradores e que criavam impedimentos para aceder à habitação social.

- **Mais deduções** para o cálculo da renda por dependentes do agregado familiar, para os deficientes, para os idosos e para as famílias mono-parentais.
- A consideração do **rendimento mensal líquido** para o cálculo da renda em vez do rendimento mensal bruto.
- A **redução da taxa de esforço máxima para 23%** em vez dos anteriores 25%.
- **Que as rendas que possam ser revistas em 2017 não tenham aumentos superiores a 1/3 do valor em vigor antes da revisão.**

Só por si estas alterações desmentem os propósitos enganadores da Câmara de Cascais e induzem ao abaixamento das rendas em vez dos monstruosos aumentos que o anterior governo do PSD e do CDS fizeram e que as Câmaras onde mandam ainda querem fazer, dizendo hipocritamente que os fazem “porque são obrigados a fazer”.

Nas comunicações de “actualização” das rendas entregues pela Cascais Envolvente, os moradores são informados de aumentos que vão até **350%**, a partir do dia **1 de Dezembro de 2016**, quando pela nova Lei não podem ir além de 1/3 acima do valor actual, e só a partir de 1 de Janeiro de 2017 !

Na reunião do executivo da Câmara de Cascais, através do seu vereador eleito, o PCP afirmou que além de estarem a mentir sobre os efeitos das alterações à Lei em que o PCP se empenhou, o presidente da Câmara de Cascais, o PSD e o CDS estão também a ludibriar política e economicamente as famílias que neste Concelho estão mais fragilizadas.

Por tudo isto, e ao abrigo da nova Lei, dizemos:

**Resista à mentira
Não aceite os aumentos de rendas que lhe querem impor
Aconselhe-se junto de quem o possa ajudar a ler a nova Lei**

Comissão Concelhia de Cascais
do Partido Comunista Português



Partido Comunista Português
correio electrónico: pcp.cascais@gmail.com
tel: 214.866.991